

Uma discussão humanitária da globalização.

Lúcia Cortes da Costa ¹

Resumo: o presente texto busca colocar em discussão o processo de globalização que vem desenvolvendo-se no decorrer das últimas décadas, entendido como um movimento de integração econômica e financeira e de apartação social. Buscamos questionar o que pode ser feito em termos de desenvolvimento social e qual o papel do estado nacional.

Summary: this paper is about the capitalism' globalization. The central point is a question about the humanization or exclusion in the world today. In the global economy what can we do for social development, and what are the basic questions about the national state?

Introdução

Quando o processo de construção do conhecimento, saiu das trevas da idade média, marcada pelo predomínio da fé, acreditava-se que o conhecimento construído a partir da razão, objetivado pela ciência, nos levaria a um mundo mais justo, harmônico e igualitário.

O projeto iluminista rompeu as trevas medievais e a modernidade colocou-se como a promessa da construção de um mundo baseado na autonomia e liberdade. A busca de compreender a natureza levou ao desenvolvimento científico, colocando o conhecimento a serviço das necessidades humanas. A análise dos processos naturais e o controle destes processos pelos homens redefiniu a relação homem X

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Doutoranda da PUC/SP.

natureza, possibilitando o grande avanço da humanidade no conhecimento do mundo natural e na sua instrumentalização.

No que se refere a sociedade, a razão secularizada apresentou-se como possibilidade do questionamento dos fundamentos da organização social e da construção de uma proposta racional do convívio humano. O Estado passou a ser discutido como um instrumento capaz de coibir a desordem e a violência social.

Numa perspectiva histórica, a ascensão da sociedade moderna e do conhecimento racional foi uma conquista da humanidade contra o obscurantismo, a ignorância e o misticismo. A razão, enquanto capacidade intelectual do homem, tornou factível a atividade de compreender, analisar, julgar e intervir nos fenômenos objetivos da realidade natural e social. O iluminismo, como uma nova forma de olhar, pensar e compreender o mundo a partir da razão, e a ilustração, como o movimento social tornado possível a partir dessa forma de pensar, colocaram a sociedade humana na modernidade.

Com a modernidade construiu-se uma nova forma de organizar a vida social, a ascensão da burguesia como poder econômico e sua correspondente dominação política fez do capitalismo o sistema social dominante.

A burguesia, num primeiro momento histórico foi revolucionária, quando lutou contra o “antigo regime”, usou do conhecimento racional para denunciar as mazelas da sociedade feudal, do poder da igreja, da aristocracia e do Estado Absoluto. No momento em que conquistou a hegemonia, enquanto classe dominante, a burguesia ao tornar-se dirigente, perdeu seu caráter revolucionário e adquiriu um caráter conservador da ordem por ela inaugurada, a ordem capitalista. Assim o conhecimento racional foi colocado como instrumento de afirmação do mundo capitalista. A razão adquiriu um caráter instrumental e o conhecimento, com o positivismo colocado como sinônimo do conhecimento científico, foi legitimado como capacidade de controlar a realidade.

Se no conhecimento da natureza, a razão instrumental nos levou a indústria moderna, ao avanço da medicina, da biologia, pela inteligência humana chegamos aos computadores, a eletrônica aplicada aos processos produtivos, sob a perspectiva positivista a história humana foi concebida como conjunto de “fatos sociais”, sem uma fundamentação ontológica e sem um caráter teleológico. A burguesia passou a divulgar a ordem capitalista como a “ordem natural” da sociedade humana, permanente e passível de um processo linear de evolução.

O projeto iluminista que prometeu um mundo mais livre e autônomo concretizou-se, com hegemonia da burguesia, na construção de um mundo mais tensionado e desigual. Neste sentido a nossa reflexão indaga sobre os

desdobramentos da ordem capitalista num mundo globalizado. Teríamos aniquilado o poder revolucionário do projeto iluminista e da capacidade de construção de um mundo livre e igualitário? Ou, a globalização, como processo de construção de uma nova ordem social é o resultado inevitável da história humana? A grande utopia de um mundo livre e igualitário pode ser pensada em termos de efetividade prática a partir de todos os avanços que o conhecimento humano obteve na moderna sociedade capitalista? A grande questão deste trabalho é pensar sobre as potencialidades humanas da globalização em curso neste final de século. Assim, nossa argumentação pretende questionar sobre a capacidade humanizadora desta sociedade global.

O capitalismo como o sistema produtor de mercadorias.

A globalização capitalista, enquanto tendência, remonta o início do sistema capitalista de produção². Desde os primórdios a sociedade moderna se distinguiu de qualquer outro período da história humana pela sua busca de transpor fronteiras, de ampliar o mundo a partir da civilização européia. A criação do “novo mundo”³ foi uma consequência da secularização da sociedade, do conhecimento racional sobre o mundo, da expansão do mercantilismo e da produção burguesa. O capitalismo desenvolveu-se a partir da busca de sua reprodução ampliada e como uma nova atividade civilizatória. O mundo da mercadoria é o mundo do capitalismo, a sua racionalidade é a racionalidade do lucro.

A racionalidade operante na organização social capitalista é a racionalidade do capital. Por racionalidade do capital queremos colocar que, na sociedade capitalista toda a produção social e progressivamente toda a atividade social adquire a forma fetichizada⁴ da mercadoria.

Na sociedade capitalista a produção é realizada por produtores autônomos e independentes, onde o mercado é a instância de relacionamento entre estes diferentes produtores. Cada unidade produtiva obedece a uma racionalidade operante que busca a maximização da produção e o barateamento da mesma através do aumento da produtividade do trabalho humano. Cada unidade produtiva deve

² Conforme a análise de Karl Marx e Friedrich Engels no texto: O Manifesto Comunista, de 1848.

³ O Novo Mundo pensado como a descoberta do continente americano e sua colonização e posterior desenvolvimento sócio-histórico.

⁴ Conforme a análise de Karl Marx(1867) O Capital, Livro I, vol. I.

acompanhar o progresso técnico para que seu produto contenha somente o tempo de trabalho social necessário a sua produção.

A concorrência capitalista leva que cada unidade produtiva procure desenvolver de forma mais eficiente possível a sua produção a fim de manter-se e ainda ampliar seu espaço de inserção dentro do mercado.

A fim de produzir mais e mais barato intensifica-se a produtividade social do trabalho humano e diminui-se o tempo de trabalho social geral que deve ser materializado nas diferentes mercadorias. Como consequência direta desta forma de produção social, dada através da propriedade privada dos meios de produção e da concorrência capitalista, o desemprego é sempre uma constante a cada avanço técnico conseguido. Mesmo ocorrendo a migração interna da força de trabalho entre os diferentes setores produtivos, o progresso tecnológico tem levado a uma constante redução do tempo social de trabalho e ao desemprego, além de criar novas formas de arranjo dentro do mercado de trabalho. A precarização do emprego vem tornado-se um processo mundial, marcando esta “nova” etapa do capitalismo, chamada de globalização.

Marx colocou na análise sobre a mercadoria os fundamentos da ordem capitalista. A mercadoria enquanto a forma predominante do produto do trabalho humano guarda as determinações deste sistema social de produção. A mercadoria sendo ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca, só finaliza seu processo de circulação no consumo depois de ser inserida no mercado. Portanto, na sociedade capitalista a realização do valor de uso dos produtos do trabalho humano só acontece após a realização do valor de troca, via mercado. Isso coloca a determinação de que as diversas necessidades humanas devem ser supridas via mercado. Os indivíduos devem estar aptos para participarem da produção e do consumo social via o mercado. O mercado de trabalho, com a venda da força de trabalho é o componente determinante para a capacidade de consumo da classe trabalhadora. O seu poder aquisitivo está relacionado ao valor de troca da sua mercadoria específica, a força de trabalho. A esfera produtiva também está sob a determinação da produção de mercadorias. Como todo produto da produção capitalista deve realizar-se via mercado, quando o consumo diminui ocorre o problema de realização da mercadoria⁵, resultando numa queda da produção. Neste sentido a ampliação do mercado é uma luta constante para a produção capitalista, e que ocorre hodierno, num ambiente de contração do consumo de parcela significativa da população trabalhadora.

⁵ Conforme Keynes, a escassez da demanda leva a economia a recessão.

Como a realização da produção ocorre com a subordinação real do trabalho ao capital, como o valor dos salários determina, em termos gerais, a capacidade de consumo das classes trabalhadoras, num ambiente de queda dos salários, diminuição dos postos de trabalho, ocorre o problema da ociosidade da capacidade produtiva instalada. Este movimento de contração da produção pode estender-se por diversos setores, levando a um ambiente recessivo. Com a integração dos mercados para além da esfera nacional, a recessão iniciada em um determinado setor, em um determinado país, pode estender-se para os demais setores e países.

A racionalidade individual, operante em cada unidade produtiva e sob o comando de uma lógica dada pela concorrência capitalista, resulta numa grande “irracionalidade” geral desta sociedade. Devido a produção social ter como objetivo primeiro a sua realização via mercado, a realização do valor de troca subordina a realização do valor de uso⁶. No capitalismo a produção tem como meta a recriação ampliada do capital, assim, os interesses humanos são subordinados aos interesses da produção capitalista. O mercado, como uma instância social, criada pelos homens, adquire o poder de comandar os homens como se tivesse vida própria.

Ao concretizar-se, a produção capitalista evidencia a contraditoriedade deste sistema produtivo. O trabalho, fonte de criação do valor⁷, é colocado de forma subordinada ao capital. O capital comanda o processo produtivo, assim, a cada mudança nos fatores de produção a força de trabalho é levada a adaptar-se a nova base técnica e organizacional da estrutura produtiva.

O mercado capitalista também sofre mudanças históricas. Na fase do capitalismo concorrencial, quando o ideal de livre mercado era a forma de ampliar as possibilidades da livre circulação de mercadorias, o Estado defendido pela burguesia só poderia ser o Estado Liberal. Quando avançou a produção fabril de larga escala, com a monopolização de mercados, se fortaleceu a prática do protecionismo econômico – os subsídios estatais, as barreiras alfandegárias, visando proteger a indústria nacional. O próprio Estado Nacional ampliou sua esfera de atuação buscando criar um ambiente de prosperidade e manter níveis elevados de

⁶ Por isso o que importa no capitalismo é o mercado consumidor e não as necessidades humanas daqueles que estão fora da esfera do mercado. Assim, convive num ambiente de concorrência acirrada, milhares de pessoas excluídas do consumo porque estão excluídas do mercado.

⁷ Conforme já atestou Adam Smith, Marx e outros célebres economista, é através do trabalho que se cria o valor. O trabalho é a substância do valor. O mercado realiza o valor mas é na atividade produtiva que se cria o valor. “ Evidencia-se que não é a troca que regula a magnitude do valor da mercadoria, mas, ao contrário, é a magnitude do valor da mercadoria que regula as relações de troca.(MARX,(1867),p.72).

crescimento econômico. As pressões políticas e econômicas fizeram o Estado desempenhar uma atividade regulatória mais abrangente. Nos países centrais a experiência do Estado de Bem Estar Social foi um instrumento para harmonizar a sociedade. As desigualdades sociais estavam no foco da regulação do Estado, o processo de crescimento econômico, sustentado por níveis elevados do consumo, criou uma sociedade mais equitativa em alguns lugares do mundo⁸. Quando a produção capitalista integrou-se de forma mais intensa com o sistema financeiro privado, com um enorme avanço tecnológico, o mercado capitalista globalizou-se e o ideal de livre mercado voltou a ser a forma de ampliar o poder do capital nos diferentes espaços do mundo.

A “nova” fase de acumulação capitalista, marcada pela flexibilização da produção, pelo avanço da economia de mercado em todo o mundo⁹, tem revelado que as contradições sociais, resultantes da forma de organização social da produção capitalista não diminuíram, nem mesmo nos países centrais. O desemprego aparece como um problema insolúvel, passivo apenas de ser amenizado por taxas de crescimento econômico mais elevadas, redução de déficits públicos e pela “solidariedade¹⁰”. A integração de um mercado financeiro mundial, a ação de especulação nas bolsas de valores, criam um ambiente de insegurança econômica e social. Os instrumentos de regulação dos Estados Nacionais ficam minimizados frente a mobilidade do capital financeiro. A esfera produtiva subordinou-se ao movimento da esfera financeira, pela necessidade de tornar-se atrativa aos investimentos dos grandes fundos de aplicações. Os instrumentos de regulação do setor produtivo e do financeiro são redefinidos nesta nova fase da acumulação, o capital passou a exigir maior mobilidade. As consequências sociais deste processo histórico podem ser aferidas pelo aumento nos níveis de violência, de insegurança e

⁸ Como exemplo, o Canadá, a Bélgica, França – países com forte investimento no sistema de proteção social, com ênfase no sistema de saúde, educação e assistência.

⁹ Depois de 1989, com a queda do muro de Berlim, o capitalismo passou a ser considerado como o sistema social vencedor, levando-se a elaboração de teses conservadoras sobre a naturalização das desigualdades sociais e das diferenças entre os povos. A guerra entre o mundo ocidental e o mundo socialista oriental já não teria mais razão de existir. Todos os povos do mundo devem ajustarem-se a ordem capitalista e a economia de mercado.

¹⁰ A terceira via, pensada a partir do Trabalhismo Inglês e Francês, parece ser a única alternativa a barbárie do livre mercado. Mesmo que a Inglaterra e França não concordem com o que seria esta terceira via. Anthony Giddens aparece como o sociólogo influente na Inglaterra e a taxa natural de desemprego coloca-se como processo imanente da sociedade capitalista para o que não há solução além do sistema de redes de solidariedade. Keynes foi esquecido depois que o Estado foi criticado pelos déficits orçamentários, como se isso fosse resultado de suas colocações em termos de política econômica.

o ressurgimento de conflitos étnicos e do fundamentalismo em vastas regiões do mundo.

Ao mesmo tempo que a modernidade colhe os frutos de um elevado desenvolvimento tecnológico, evidencia-se uma fragilidade na sustentação deste sistema social, num movimento de exclusão não apenas dos países periféricos e das populações pobres, mas um tipo de exclusão que atinge os próprios países ricos. A exclusão vista pela ótica do não pertencimento, da segregação, seja social, étnica, cultural ou religiosa.

A atividade do conhecimento, a promoção de um saber científico sobre os processos naturais, a otimização dos recursos da eletrônica na esfera produtiva, criaram o patamar produtivo mais elevado da história humana. Ao lado desta potencialidade da produção, a insegurança do mundo moderno recria tensões e problemas sociais muito antigos. O conhecimento sobre a sociedade parece não conseguir captar a complexidade desta etapa da história humana. A perspectiva de totalidade regride para colocar um olhar fragmentado sobre a realidade social. As explicações parciais vem tornando cada vez mais inacessível uma compreensão lógica sobre os desdobramentos sociais da globalização do mundo. Assim, a partir da consideração sobre os fundamentos da ordem capitalista queremos indagar sobre o que é a globalização? Seria apenas uma extrapolação da ordem nacional? Seria apenas uma exponenciação da capacidade tecnológica da produção? É o desdobramento necessário da sociedade capitalista, como caminho de mão única e sem retorno?

A globalização e a redefinição do mundo social

O que é a globalização? Esta questão não recebe uma resposta fácil e única. A globalização é um complexo processo desencadeado pela forma de produção e circulação de mercadorias, exponenciado a partir da segunda metade do século XX, dado um enorme avanço tecnológico. Ao lado do avanço da internacionalização da produção, a globalização também adquire o caráter de um movimento político, cultural e valorativo, na medida que difunde um tipo de sociedade, a sociedade capitalista, como a única possível.

Conforme coloca Ortiz, existem particularidades neste processo emergente de globalização:

“Internacionalização se refere simplesmente ao aumento da extensão geográfica das atividades econômicas através das fronteiras nacionais;

isso não é um fenômeno novo. A globalização da atividade econômica é qualitativamente diferente. Ela é uma forma mais avançada e complexa da internacionalização, implicando um certo grau de integração funcional entre as atividades econômicas dispersas (ORTIZ, 1994:15/16).

A globalização também está sendo colocada como a ocidentalização do mundo. A padronização dos indivíduos dentro de uma sociedade de consumo e produção globalizados.

Retomamos então, o processo de globalização a partir da internacionalização produtiva e da circulação de mercadorias, abarcando especificamente o final da década de 1960 até os dias atuais.

O mundo capitalista após o abalo das duas grandes guerra mundiais entrou num processo de reorganização das relações políticas e econômicas. Os países vencedores da segunda guerra mundial, especialmente os Estados Unidos, França, Inglaterra, passaram a desenvolver com maior ênfase o sistema de relações internacionais e a dar uma dinâmica protecionista para suas economias nacionais.

A grande mudança na forma de regulação social da produção foi dada pela ação do Estado. A política redistributivista denominada de Estado de Bem Estar Social, passou a ser um forte agente na manutenção de um nível de crescimento econômico e desenvolvimento social nos países centrais. Esta conjuntura de fortalecimento do Estado de Bem Estar Social perdurou do final da década de 1940 até início dos anos 1970. Ao nível político internacional, a grande rivalidade entre o bloco capitalista ocidental e o bloco Soviético oriental fez com houvesse uma definição de estratégias dos países centrais para os países periféricos. O medo do comunismo sempre foi um fator decisivo na construção de um tipo de capitalismo mais igualitário nos países centrais e com algumas preocupações para o mundo periférico.

Cresceu, após a segunda guerra mundial, nos países europeus, a política denominada de social-democracia e, nos Estados Unidos da América do Norte, o New Deal, em 1932, e depois a declaração do Presidente Lyndon Johnson de “Guerra contra a Pobreza”, em 1964, foram as respostas a um tipo de liberalismo clássico que havia desde o século XIX até a década de 1930.

A crescente intervenção do Estado na esfera social, criando um processo de seguridade social nos países centrais foi um fator decisivo para o crescimento econômico do pós segunda guerra. Neste sentido, as idéias de Keynes sobre o papel da demanda efetiva na economia parecia ser consenso. Porém a conjuntura favorável ao crescimento econômico teve fim na década de 1970 com o início de

um processo recessivo em toda a economia capitalista, diferenciando-se a intensidade deste processo em cada país.

O crescente poder dos partidos social-democratas na Europa, com vinculações políticas de esquerda, tendo no movimento trabalhista o seu suporte político, criou um sistema de reações as políticas de bem estar social nos setores conservadores. Este fato aliado a um movimento político de caráter internacional, de organização dos países periféricos em busca de mudar as regras do sistema mundial de produção, colocou novos impasses para o capitalismo. Em 1974, na Assembléia Especial das Nações Unidas - foi colocado em discussão e aprovada uma nova Ordem Econômica Mundial, com o objetivo básico de dar um tratamento mais favorável para os países em desenvolvimento. Um movimento que ficou conhecido como o grupo dos 77, pedia mudanças nas relações internacionais e auxílio dos países centrais para combater a pobreza da periferia capitalista e levar a um desenvolvimento econômico e social esta periferia, evitando-se assim, a propaganda comunista. Este clima favorável para as negociações políticas foi interrompido no mesmo ano, 1974, quando o grupo de países produtores de petróleo - OPEP, faz um boicote mundial na venda do petróleo, subindo em três vezes o preço do barril de petróleo, que passou de cerca de 3 a 4 dólares para 12 dólares. Este impasse criado pela crise do petróleo teve uma repercussão econômica e política desastrosa sobre as classes trabalhadoras e acirrou o processo de poder internacional entre os países centrais e a periferia capitalista.

Com o encarecimento da produção industrial, desencadeou-se toda uma onda de caráter conservador de ataque aos direitos das classes trabalhadoras e a busca de intensificar o avanço tecnológico, que já vinha desenvolvendo-se.

A crise do petróleo teve conseqüências variadas e complexas para a sociedade capitalista. Se, por um lado acirrou as tensões sociais, por outro lado, criou uma liquidez de dólares, dada pelo aumento do preço do petróleo que ficou conhecido como os “petro-dólares”. Este capital líquido, tirado das economias industrializadas teve um destino muito complexo, serviu em parte para financiar a própria produção dos países centrais e para o desenvolvimento de mudanças tecnológicas ainda mais profundas, e, em parte, foi emprestado para os países periféricos que estavam em processo de industrialização, como o caso do Brasil.

Para fugir da pressão dos sindicatos fortes dos países centrais e buscando baratear os custos de produção, agora com maiores recursos tecnológicos, houve então um processo mais intenso de internacionalização da produção. Esta internacionalização da produção, ao transgredir as barreiras nacionais, é o cerne do avanço da globalização que ora se faz evidente.

Todos esses processos significaram retirada do Estado, via ruptura de controles estatais que foram eliminados nos casos de retirada de controles tarifários e barreiras ao comércio; a partir das desregulamentações, que eliminaram normas governamentais; como auxílio das desintermediações financeiras, que permitiram que os agentes econômicos participassem dos mercados de títulos e moedas sem passar pelas normas que regulavam o sistema financeiro; e através de perda de controle de determinados setores da economia, no caso das privatizações. Em uma palavra, tais processos significaram, na prática, a liberalização generalizada dos mercados, tendência que vem se desenvolvendo desde o final dos anos setenta(MOLLO,1997,p.69).

Os espaços econômicos não mais coincide com os espaços nacionais. A soberania política é suplantada pela soberania econômica internacionalizada. Neste amplo processo de redefinição da produção capitalista, o Estado-Nação é progressivamente corroído pela internacionalização da economia, que desloca a produção e a base de criação do valor para espaços supra-nacionais, aliando-se a um sistema financeiro internacional que detém um fluxo de capital volátil que não está sob o comando de nenhum banco central, de nenhum governo. Este capital, livre das amarras nacionais, busca taxas de lucros mais atrativas e cria um tensionamento para a contabilidade nacional.

A globalização é o processo de redefinição do padrão de acumulação capitalista que, redefine as ações do Estado-Nação e, cria um sistema complexo de produção e circulação de mercadorias ao nível mundial. Entra em cena a produção flexível como eixo desta nova fase da acumulação capitalista.

François Chesnais(1996) nos fornece uma interpretação do processo de globalização articulando-o ao desenvolvimento de uma nova fase do processo de acumulação, onde o capital financeiro adquire maior peso na definição dos locais de investimento do capital produtivo.

“Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação(1996:13).”

O ponto central da internacionalização parece residir no capital financeiro e no seu poder de comandar o ritmo da acumulação na esfera da produção. O capital financeiro segundo Chesnais:

“ ... cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. Seu veículo são os títulos (securities) e sua obsessão, a rentabilidade aliada à liquidez, da qual Keynes denunciara o caráter anti-social, isto é, antitético ao investimento de longo prazo(...) É na produção

que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza (1996:15).

Ainda seguindo a análise de Chesnais, os dois mecanismos principais do capital financeiro estão articulados às dívidas públicas.

Os primeiros referem-se à inflação do valor dos ativos, ou seja, à formação de 'capital fictício'. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. Trata-se de 20% do orçamento dos principais países e de vários pontos de seus PIBs, que são transferidos anualmente para a esfera financeira. Parte disso assume então a forma de rendimentos financeiros, dos quais vivem camadas rentistas(1996:15).

Pelas colocações de Chesnais sobre os mecanismos usados pelo capital financeiro, podemos analisar que o movimento das dívidas externas que colocou os Estados da América Latina em crise fiscal é na verdade um processo endógeno da ascensão do capital financeiro e da transferência de riqueza da esfera produtiva de cada país para um setor comandado pelo capital financeiro internacional. A crise dos Estados Nacionais, especialmente tratando-se dos Estados dos países que se endividaram na década de 1970, como o Brasil, reflete esta dinâmica do capital financeiro. As conseqüências sociais deste processo de fortalecimento do setor financeiro, feito as custas de fundos públicos canalizados através do serviço das dívidas externas e internas, refletem-se na perda da capacidade de investimentos sociais e em infra-estrutura por parte dos Estados. Outra conseqüência perversa deste processo é a submissão dos Estados aos capitais especulativos, o que gera um clima de insegurança no sistema produtivo.

“O nível de endividamento dos Estados perante os grandes fundos de aplicação privados (os mercados) deixa-lhes pouca margem para agir senão em conformidade com as posições definidas por tais mercados ... salvo que questionem os postulados do liberalismo” (CHESNAIS,1996:15).

O ataque especulativo sobre as moedas dos países emergentes vem sendo um demonstrativo da forte insegurança deste modelo de acumulação baseado no setor financeiro. A recente crise da Ásia coloca em evidência o poder fictício de algumas economias e a fragilidade do sistema mundial de produção, a interligação de todas as economias devido a internacionalização do capital financeiro e produtivo. A instabilidade econômica tem repercussões na estabilidade política dos governos.

Na edição de outubro de 1997, a Revista América Economia colocou uma interessante análise sobre o peso do capital internacional na manutenção da estabilidade monetária do Plano Real e das possibilidades de reeleição do governo FHC. O ponto implícito em todo processo de reeleição do governo brasileiro esteve nas reformas do Estado, na contenção dos déficits público, conseguidos através da ampla redução nos gastos sociais e no intensivo programa de privatização, além do incremento do setor produtivo. Ainda sobre a insegurança dos mercados financeiros, a imprensa nacional¹¹ colocou uma série de reportagens sobre a crise asiática, onde destacamos:

“Para o capital internacional, os países são todos iguais: quando oferecem oportunidades de lucro, tornam-se atraentes. Quando transmitem insegurança, afugentam” afirma Paulo Ferraz, presidente do Banco Bozano, Simonsen (VEJA, n.44 p.26).”

A consequência do ataque especulativo ao Real no Brasil, decorrente da crise asiática nos meses de novembro e dezembro/97, foi a queda nas bolsas de valores de São Paulo e Rio de Janeiro. Como o Brasil tinha cerca de 60 bilhões de reservas de dólares, o recurso imediato para conter o ataque a estabilidade monetária levou o Banco Central a queimar numa semana (novembro/97) mais de 5 bilhões de dólares¹².

Na lógica do capital financeiro internacional, segundo Edson Vaz Musa¹³:

“Ocorre que, na atual economia globalizada, o investidor internacional é obrigado a vender ações onde elas tem mais liquidez para cobrir suas posições em outro lugar. Isso provoca queda nas bolsas do mundo inteiro. Foi por isso que as ações caíram também aqui. O problema é que, quando o investidor sai do país, seu dinheiro é convertido em dólar. Se esse movimento ocorre em massa, falta dólar no mercado, e pela lei da oferta e da procura o preço do dólar sobe. Por isso foi preciso que o governo interviesse, lançando dólares na praça, para manter a paridade da moeda brasileira diante do dólar. Nesse sentido, sim, foi preciso defender o real.”

As oscilações dos mercados financeiros interferem diretamente na estabilidade das moedas locais e refletem-se diretamente na estabilidade política dos governos. Embora a afirmação de Paulo Ferraz evidencie que o capital busca lucros, seja onde for, a indiferença na aplicação dos investimentos externos não ocorre de forma tão incondicional. Existe um sistema político de pressão sobre os governos dos diferentes países que busca diminuir os custos fiscais para o capital, liberalizar o

¹¹ Ver por exemplo as reportagens da Revista VEJA, n.44 de 05.11.97

¹² Revista VEJA n. 44, de 05.11.97.

¹³ Revista VEJA de 12.11.97.

mercado interno e dismantelar a proteção trabalhista dentro de cada país. Esta é a proposta do capital financeiro para as reformas dos Estados nacionais . Tornar-se atrativo ao capital externo passou a fazer parte das preocupações dos diferentes governos, especialmente nos países periféricos.¹⁴

Outro ponto a ressaltar no processo de internacionalização dos mercados financeiros é a conversão de todas as moedas para o dólar. O poder dos EUA fica evidente quando o dólar passa a ser a moeda de troca mundialmente aceita, além do poderio militar da potência americana¹⁵. A ordem mundial passou a ser definida pelo poder dos grandes grupos ligados ao que Chesnais chamou de Tríade: EUA, Japão e Comunidade Européia.

Para esta nova fase da acumulação capitalista os governos nacionais devem ser redefinidos, circula no sistema financeiro mundial bilhões de dólares que não são controlados por governo nenhum, nem mesmo pelo Federal Reserve norte-americano. Esta mobilidade do capital financeiro já fez surgir a tese postulada por OHMAE, do fim do Estado Nação. Quem precisa de um Estado Nacional que não pode mais controlar o processo do capital? A esta atrevida pergunta Ohmae propõe como resposta o surgimento das economias regionais.

“As forças agora em ação têm levantado questões inquietantes acerca da relevância - e eficácia - dos Estados-Nações como agregados significativos em termos dos quais pensar e gerenciar a atividade econômica “ (OHMAE,1996:XIV).

Ao se colocar a discussão sobre a falta de mecanismos dos governos nacionais em controlar o capital financeiro, o que tornaria inviável a própria existência do Estado Nacional, evidencia-se claramente que o Estado sempre esteve articulado as determinações do capital. Ao se modificarem as condições históricas

¹⁴ Os países Europeus também estão adequando-se a este novo cenário globalizado. Na Itália as reformas do Estado também estão sendo implementadas para adequar o país as exigências do Tratado de Maastricht que prevê inflação baixa, contenção dos déficits públicos, reformas na previdência social, nas leis trabalhistas e privatizações.

¹⁵ A imprensa nacional vem divulgando as maravilhas do sistema Americano, conforme reportagem da Revista VEJA de 14.01.98:” O país vem crescendo de forma contínua nos últimos sete anos a uma taxa próxima de 4% ao ano. O desemprego caiu a menos de 5%, o menor índice do século. A indústria americana, que lidera a revolução da era da informática, lucra como nunca, embora a inflação tenha sido rebaixada a quase zero e os preços continuem a cair.(...) O déficit do governo, que em 1993 estava em 250 bilhões de dólares, caiu a 22 bilhões no ano fiscal que terminou em setembro de 1997.” Esta análise da tranquilidade americana frente os abalos da Ásia não é unânime, analistas já colocam que os riscos da crise asiática atingir também a economia americana não são irrealis.

do processo de acumulação capitalista, modificam-se ao mesmo tempo as funções e atribuições dos Estados Modernos, que nunca deixaram de ser essencialmente burgueses.

A dinâmica interna do sistema capitalista, agora sob o comando do capital financeiro, segundo Chesnais(1996:16), coloca uma aceleração no tempo de valorização do capital produtivo, desencadeando uma luta mais intensa pelo aumento da produtividade do trabalho e de uma concorrência ainda maior entre os diferentes setores produtivos. Cresce assim a precarização das normas que regem o mercado de trabalho, aumentando o grau de exploração da força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos.

O Estado é chamado a atuar conforme este novo ritmo do capital, assim, as leis trabalhistas, em todo o mundo capitalista, passam a ser o foco das atenções dos governos, pressionados pelo “mercado”, a fim de tornar a economia “competitiva”. A palavra competitividade passou a ser o mito sagrado do capitalismo deste final de século.

A aceleração do tempo na esfera da circulação do capital financeiro, o ritmo intensivo da esfera produtiva e a mídia global do consumo redefinem o conceito de tempo dentro da sociedade. A velocidade é a meta e a tecnologia é a forma pela qual se revolucionam constantemente a sociedade capitalista.

A supressão das distâncias entre tempo e espaço criou o mundo globalizado da informação contínua, dos mercados financeiros interligados ao tempo todo. É o mundo *on line* que impera. Nesta nova paranóia globalizada a pressa é o comando de todas as esferas sociais. Quem não está inserido na linha do mercado fica marginalizado do mundo. O mercado é o mundo. O mercado é a força suprema a qual todos os indivíduos, todos os governos, todos os partidos políticos devem se curvarem. Não podemos ficar de fora do mundo global. A esta ordem se responde com um movimento agressivo contra toda e qualquer resistência de se negar o valor supremo do mercado e da economia.

Nesta lógica o redesenho do Estado é apenas um elemento da adequação ao mundo globalizado, visto como caminho sem volta e processo sem escolha de alternativa. É esta a lógica da reforma do próprio conceito de Estado-Nação, já que, finalmente o capital pode admitir que sua lógica sempre foi mundial. O capital não tem pátria. Esta é a verdade que agora os capitalistas não cansam de falar, como se fosse a última novidade do conhecimento humano.

Ohmae, provocativamente coloca que as fronteiras, bases certas dos governos, hoje são apenas referências culturais, na economia globalizada elas foram demolidas.

“Muitos dos valores básicos que sustentam uma ordem mundial baseada em Estados-nações delimitados, independentes - a democracia liberal conforme praticada no Ocidente, por exemplo, ou a própria noção de soberania política - tem se mostrado seriamente carentes de redefinição ou, talvez, de substituição. De fato, à medida que se aproxima o século XXI e que aquilo que denomino os quatro “IS” - indústria, investimento, indivíduos e informação - fluem relativamente sem impedimentos através das fronteiras nacionais, os conceitos básicos adequados a um modelo do mundo de países fechados do século XIX não mais se sustentam” (Ohmae, 1996:XIV).

Pelo pensamento expresso de Ohmae nas linhas acima, poderíamos pensar então na utopia de um mundo global onde as fronteiras as “indivíduos” fossem suprimidas. Porém o descuido de Ohmae foi incluir num dos IS o indivíduo sem adjetivo. Se pensarmos no indivíduo investidor ou no indivíduo consumidor, certamente a fala acima citada pode ser verdadeira, porém, se o indivíduo for pobre, oriundo dos países periféricos, o fluxo global não é de forma alguma livre.

Acirram-se ao lado da globalização da economia, do apogeu do mercado global, uma segmentação dos povos. Os imigrantes vêm cada vez mais distante o sonho da legalidade nos países centrais. Visto as duras leis do Congresso americano sobre os imigrantes, a fúria dos franceses contra os africanos e outros povos negros que vivem em seu território. Não difere a situação da Alemanha unificada, onde o terror contra os imigrantes e judeus figura nos noticiários do mundo, acessíveis no Brasil via TV a cabo, esta sim globalizada.

Assim, um dos pontos centrais do conceito que historicamente foi construído como base do Estado-Nação, a própria noção de território, ainda é um ponto central quando trata-se de pessoas.

Se pensarmos na origem da territorialização do mundo moderno, devemos retornar ao próprio processo de configuração do Estado Absoluto, que sob o comando dos príncipes e reis, numa luta incessante, ampliou os domínios europeus sobre o planeta e criou uma rígida noção de território. Lembremos a Poor Laws da Inglaterra em 1601 - que previa que os pobres não podiam migrar de um território ao outro, eram marcados a ferro para serem reconhecidos pela sua origem de território.

No final do século XX, se pensarmos a globalização do mundo e a inépcia do conceito de Estado-Nação, devemos pensar também as leis de imigrantes e todo o processo de segmentação do mundo pobre, das vastas regiões da África, da América Latina, do Leste Europeu como a Albânia, do México e outros pedaços do

mundo. Seria então possível, já que o conceito de nação tornou-se inoperante, o livre fluxo de pessoas?

Contra esta tese concorrem todos os fatos históricos desta turbulenta década de 1990 e a crescente onda de terrorismo e fundamentalismo, do racismo e do preconceito contra os imigrantes.

E por que novamente ressurgem o ódio ao imigrante, a segmentação dos pobres? Seriam apenas fatores culturais? Num mundo onde impera a incerteza global, um dos reflexos desta nova sociedade, onde dada a nova base tecnológica desaparecem os empregos, é o medo que faz a história. A ascensão de um irracionalismo racista e étnico não está dissociado de um contexto histórico onde as classes trabalhadoras são a todo tempo levadas a insegurança do desemprego e da competição de todos contra todos. A ética possível num mundo sem normas de segurança social assemelha-se ao retrato Hobbesiano de uma sociedade de lobos.

Sobre o medo do desemprego e seus efeitos na vida das pessoas, o texto de Viviane Forrester - O horror econômico, ao retratar a situação dos desempregados na França coloca toda a perversidade deste quadro social.

“Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos” (FORRESTER, 1997:11).

No mundo globalizado, os indivíduos ainda são cidadãos de países específicos e recorrem ao seguro social de seus Estados Nacionais contra a falta de emprego, e, lutam por economias nacionais que preservem seus empregos. Mesmo tornando-se fluída esta realidade nacional, os impasses vividos dentro dela são tratados como temas internos de cada país¹⁶, a economia, o Estado e suas finanças. A referência da idéia de nação ainda é forte e seus mecanismos operam no imaginário social.

Neste contexto, quais seriam as funções do Estado-Nação? Assegurar aos seus cidadãos proteção contra o perigo dos imigrantes? Estaria o mundo dispensado desta massa de trabalho barata, provinda das regiões pobres? Como manter um Estado de Bem Estar Social se houver um fluxo de pessoas procurando pelos

¹⁶ Embora o Banco Mundial, a ONU e outras agências internacionais venham ocupando-se de temas sociais de amplitude mundial - como a pobreza, a receita sempre dada por estas agências internacionais é feita baseada na política nacional.

lugares que mais oferecem segurança social? Como manter os custos do sistema de seguridade social para os próprios cidadãos de cada território se a lógica do capital é globalizada? Entramos na ferida do mundo global. Como criar uma sociedade global segmentando os indesejáveis para fora dela?

Agora vamos retomar o outro I ao qual se refere Ohmae, a informação. Se pensarmos no fluxo de informações veiculadas no mundo através das redes de comunicações como a Internet e outras, podemos pensar na democratização do saber. O lado positivo no entanto para aí. Neste mundo globalizado a informação - pensada como conhecimento científico, é o tipo de propriedade mais cobiçada.

Segundo Puig(1995), a Rodada do Uruguai, negociação envolvendo os diferentes países organizados em torno da discussão do desenvolvimento e do mercado mundial, em 1986, colocou em evidência o tema da propriedade intelectual, a propriedade das patentes industriais.

“No âmbito da rodada, e segundo a barganha implícita na correlação entre temas da agenda (comerciais e estruturais), interesses típica e imediatamente comerciais foram condicionados à aceitação das novas regras em propriedade intelectual, que agem precisamente no sentido de agravar a repartição extremamente desigual de conhecimento, bem-estar e poder existente no mundo” (PUIG,1995:13).

Podemos inferir que a referência ainda é nacional, embora no caso da propriedade das patentes, as firmas privadas, as grandes multinacionais é que controlam a luta e concorrência por este saber, porém, nunca sem o apoio decisivo dos Estados Nacionais e de seus Congressos e Leis. As sanções internacionais ainda não podem quebrar absolutamente a autonomia nacional. O que se revela é uma luta, um campo de força entre os países, com forte poder dos países desenvolvidos, ou da tríade formada pelos EUA, Japão e União Européia, frente aos interesses dos demais países considerados periféricos. Mesmo quando se caminha para a organização de blocos comerciais - exemplo dado pela União Européia, mesmo com a moeda única - o euro, os interesses nacionais ainda estão na base dos acordos globais.

Neste sentido, pensamos que Ohmae se antecipa quando fala de relativamente livre o fluxo de informações sem qualificar de que tipo de informação está tratando. A informação que ele analisa como livre é a tecnologia da informação como estratégia das empresas multinacionais para verificar tendências de mercado, como podemos aferir pelas suas palavras:

“... o fato básico da interligação com os fluxos globais de informações é um - talvez o - fato central e distintivo de nosso momento na história. Não importa qual seja a civilização à qual um grupo específico de pessoas pertence, elas agora recebem informações sobre como vivem outros

grupos de pessoas, sobre as espécies de produtos que compram, sobre a mudança de foco de seus gostos e preferências como consumidores e sobre os estilos de vida que almejam cultivar” (OHMAE,1996,p.9).

Quanto aos demais IS - investimento e industria, parece que aí sim a tese de Ohmae encontra maior referência com a realidade efetiva deste final de século. Mesmo considerando a mobilidade do capital financeiro, os paraísos fiscais ainda são regulados por legislação interna, no caso das indústrias ocorre que os acordos firmados com os países que recebem as filiais das empresas multinacionais ainda são feitos com base no interesse nacional e na legislação nacional, mesmo que num tom cada vez mais discursivo e flexível.

Ao lado das potencialidades emancipadoras de uma sociedade global e integrada, o que vemos acontecer neste final de século é a globalização do capital e não dos povos. A globalização em marcha é comandada pelo capital, o capital assume um espaço global na sua busca incessante de lucros, quebrando as barreiras nacionais ao desarticular o Estado-Nação e fragilizar a economia nacional. A globalização do capital vem desenvolvendo uma fragmentação ainda maior da civilização humana. O que torna-se global é o mercado capitalista e sua lógica imanente - a concorrência. O que se globaliza é o poder do capital quebrando as especificidades locais e imprimindo uma padronização massificante, um mercado de consumo global.

A concorrência global cria um clima de competitividade muito mais acirrada, onde a única regra do jogo é ganhar. Se para manter-se no mercado é preciso desarticular o sistema de proteção dos trabalhadores, toda energia dos setores dominantes é nesta direção. A racionalidade do lucro, o fetiche do crescimento econômico penetra de forma mais violenta no sistema de valores difundidos ideologicamente pelo grande capital.

Concordamos com OHMAE quando ele centraliza os processos econômicos como o eixo das mudanças dadas na globalização, colocando que a cultura não é o fator determinante dos processos sociais em curso, senão, fenômeno determinado e subordinado¹⁷.

A padronização do consumo cria, não apenas um amplo mercado capitalista, mas uma dinâmica social com um claro sentido de ocidentalização do

¹⁷ Ohmae analisa o artigo de Samuel Huntington - *The Clash of Civilizations?* e demonstra sua discordância com o argumento de que os processos culturais tornaram-se o vínculo principal entre as pessoas. Ohmae coloca que: “Pelo contrário, o que estamos testemunhando é o efeito cumulativo de mudanças fundamentais nas correntes da atividade econômica ao redor do globo(1996,p.4 e 5).

mundo sob o comando dos centros hegemônicos do capitalismo. Aquilo que Ohmae chamou de “californização do gosto(1996,p.9).”

Como coloca Milton Santos:

“A dimensão mundial é o mercado. A dimensão mundial são as organizações ditas mundiais: instituições supranacionais, organizações internacionais, universidades mundiais, igrejas dissolventes, o mundo como fábrica de engano” (1993:19).

Ao lado do crescente comando do capital no processo de globalização, o próprio desenvolvimento da história humana tem evidenciado uma grande complexificação do mundo atual. O século XX foi o palco de grandes transformações sociais, dadas sem dúvidas a partir do desenvolvimento das forças produtivas e da instrumentalização do conhecimento científico em aplicações tecnológicas. O fato é que a sociedade humana deste final de século é muito mais numerosa, complexa e que o poder tecnológico é muito maior.

Poderíamos pensar então no lado das potencialidades desenvolvidas durante o século XX? Sem dúvida que houve um processo de desenvolvimento das potencialidades humanas, mesmo que de forma contraditória e tensionada. A expectativa de vida da população humana, especialmente nos centros capitalistas, triplicou chegando a atingir a média de 80 anos de vida. Na periferia capitalista esta média ainda é de 55 a 65 anos e na África, nas regiões mais pobres, a mortalidade infantil e adulta ainda é enorme.

Outro fator ligado ao processo contraditório da globalização esta na mobilidade humana. Mesmo com as restrições ao livre fluxo dos indivíduos, não podemos negar que o sistema de comunicações e de transportes que hoje estão disponíveis no mundo moderno criam uma rede interligada globalmente e em tempo recorde. Ao lado desta potencialização da integração humana, ressurgem o fragmento da civilização. O fragmento da civilização colocado pela lógica excludente do mercado capitalista, que globalizada, passa a atingir todo os espaços mundiais.

Este sistema de tensões entre possibilidades emancipatórias da globalização e sua realização nos moldes capitalistas - de exclusão e fragmentação - tem feito surgir novas guerras, agora marcadas pelo signo tribal, como na Bósnia, Tchetchenia, Iugoslávia, e na África do Sul. O mais grave é que o sistema de bipolaridade dado na época da guerra fria acabou desde a desarticulação do Império Soviético. Assim, as instituições globais (ONU, OCM, Banco Mundial, FMI) pouco fazem diante de uma realidade social explosiva. Os princípios humanitários, a ética da cooperação - arduamente construída no pós segunda guerra - foram suplantados pela lógica exponenciada do capital.

Como o inimigo maior - o comunismo - parece estar abatido, quem se preocupará com os pobres do mundo?

É neste cenário que a partir da globalização do mercado capitalista (tanto da esfera produtiva, financeira como a do consumo) ganha força o movimento político-ideológico da direita que vem sendo denominado de Neoliberalismo. Para o neoliberalismo o indivíduo deve desenvolver suas capacidades a partir do livre mercado, sem restrições no plano econômico. As oportunidades estão no mercado, a ética do individualismo deve estar baseada no utilitarismo. Assim, o princípio da “mão invisível” do mercado garantiria uma alocação eficiente dos recursos, gerando uma prosperidade coletiva. A tese iluminista da liberdade é interpretada a partir da liberdade econômica do capital, a igualdade é colocada como responsabilidade individual a partir das capacidades pessoais, fraternidade através da proposta da terceira via – um sistema solidário porém sem a noção de direitos sociais regulados pelo Estado.

Esta seria a atualização do projeto humanizador da burguesia, uma sociedade eficiente para os incluídos e protegida contra os excluídos. Cabe pensar no que Robert Kurtz colocou: “ Não é infinita a paciência daqueles que caíram fora(1992,p.199).”

Considerações finais:

Podemos considerar que as “principais características da globalização competitiva”, colocadas por Marcos Arruda¹⁸ são:

- A globalização segue as estratégias e comportamentos das empresas transnacionais. Em vez de estarem orientadas para o desenvolvimento de povos, nações e regiões do mundo, visam, acima de tudo, a maximização dos ganhos, da produtividade e da competitividade das empresas.
- A essência totalitária da globalização competitiva se expressa na abolição de todo e qualquer projeto de desenvolvimento que não seja centrado no mercado e no capital.
- A globalização opõe-se ao autodesenvolvimento dos povos e das nações.

¹⁸ARRUDA, Marcos. Globalização e ajuste neoliberal: riscos e oportunidades. Revista Tempo e Presença. Ano 17, n. 284. nov/dez /1995. Rio de Janeiro. Koinonia.

- Faz crescer o setor privado, às custas da sociedade e do Estado. No plano econômico, privatização, desregulação e abertura dos mercados, estabilização e crescimento; e no plano político, transferência do poder de decisão e do debate macroeconômico para as instituições da esfera global e para a estabilidade política fundada na máscara do consenso.

- Cria um clima de incerteza e instabilidade que se avoluma inclusive no próprio mundo rico, dada pela crise financeira e fiscal dos estados, do crescimento econômico sem aumento da oferta de emprego e da deterioração ambiental. Cresce o abismo social entre pobres e ricos. Enfraquece as organizações dos trabalhadores e alimenta sentimentos xenófobos e racistas contra os imigrantes vindos dos países pobres.

- Aumento dos problemas ecossociais - danos ao meio ambiente e crescimento de populações marginalizadas e empobrecidas.

A globalização, como um complexo e contraditório processo, perpassa os Estados Nacionais, redefinindo suas funções. Embora sem o poder de controlar o grande capital, o Estado-Nação, especialmente nos países centrais, ainda é um espaço importante para o capital.

As leis de patentes, a propriedade intelectual, bases da concorrência neste estágio da produção capitalista, ainda contam com investimentos que se utilizam dos fundos públicos. Assim, não há como fazer do processo que redefine o Estado Nacional na atual conjuntura, um processo simples e pacífico. É um jogo de tensões, onde a criação de blocos regionais, aclamados pela Europa como um processo em franco andamento - visto a moeda única européia - o Euro, o NAFTA - comandado pelos Estados Unidos da América do Norte, Canadá e subordinadamente o México, não são frutos de um processo sem resistências. No Cone Sul, temos a proposta do MERCOSUL - que ao englobar o Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, com possibilidades de incluir a Bolívia e ainda em discussão com o Chile, ainda não realizou sua prova histórica.

A regionalização do mundo em grandes blocos comerciais é um processo ainda em andamento, do qual temos tendências, mas não temos sua concretização histórica. Há neste processo de universalização, globalização, uma possibilidade emancipatória, pois ao generalizar-se a lógica do capital, generaliza-se também suas contradições. Pensamos que a tese de Marx sobre a união de todos os trabalhadores do mundo pode ter agora, início do século XXI, uma base concreta na história do capitalismo.

A organização de uma política supra-nacional, a criação de um livre trânsito de mercadorias e fatores, os problemas de ordem cultural e étnica, não serão assimilados passivamente pelos cidadãos dos diferentes países.

É preciso ter claro que o processo de multinacionalização da produção, que redefiniu a divisão social do trabalho ao nível internacional, quebrou a estática das vantagens comparativas, apesar de propor um padrão de industrialização para os países periféricos não quebrou nem anulou a hegemonia econômica e política dos centros capitalistas.

Ao invés de acabar com a contradição capital - trabalho, a globalização a estendeu para todos os cantos do mundo. Que mundo estamos construindo? Esta incógnita é o desafio para os setores de esquerda criarem, ao lado do processo de globalização, um projeto humanitário que, respeite as diferenças e lute contra as desigualdades. Neste sentido ser de esquerda é ser contra a tese das desigualdades naturais dos homens, ainda como Emir Sader nos coloca:

Ser de esquerda no mundo de hoje significa participar da reinvenção concreta de uma nova sociedade, baseada na justiça social e na solidariedade, na realização prática dos direitos de cidadania sem qualquer tipo de exclusão (SADER,1995,p.195).

LITERATURA CITADA

- ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. Pos-neoliberalismo. In: *Pos-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Pablo Gentili e Emir Sader (orgs). Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1995.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Uma geografia para o século XXI*. ed. Papirus. São Paulo, 1994.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2ed.Cortez. São Paulo.1995.
- ARRUDA, Marcos. Globalização e ajuste neoliberal: riscos e oportunidades. *Revista Tempo e Presença*. Ano 17, número 284, Nov/dez/1995. Rio de Janeiro. Koinonia.
- ASSMANN, Hugo & HINKELAMERT, Franz J. *A Idolatria do Mercado*. Petrópolis. Vozes. 1989.
- ARRUDA, Marcos. Globalização e ajuste neoliberal: riscos e oportunidades. *Revista Tempo e Presença*. Ano 17, n. 284. Nov/dez/95. Rio de Janeiro. Koinomia.

- BERMANN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Companhia das Letras. São Paulo. 1986.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda - razões e significados de uma distinção política*. Ed. UNESP. São Paulo. 1995.
- BORON, Atilio. *Estado, capitalismo e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1994.
- BRUNHOFF, Suzane. Estado providência e Cooperativismo. in: *A hora do mercado - crítica do liberalismo*. Campinas, UNESP. 1991.
- CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. 3 ed. FAPESP/UNICAMP. São Paulo. 1994.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação - a ciência e a cultura emergente*. Cultrix. São Paulo. 1982.
- CEPAL, Transformações productivas con equidad. in: ALOP, *América Latina: Opções e estratégicas de desarrollo*. Caracas. ed. Nueva Sociedad. 1992.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Ed. Xamã. São Paulo. 1996.
- COSTA, Lucia Cortes da. *O capitalismo Brasileiro: uma particularidade histórica construída a partir da dinâmica geral do capital*. PUC/São Paulo. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. 1994.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1972.
- CUEVA, Agustín. (org) *Tempos Conservadores*. São Paulo. HUCITEC. 1989.
- FLEURY, Sonia. *Estado sem cidadãos - seguridade social na América Latina*. FIOCRUZ. Rio de Janeiro. 1994.
- FRIEDMAN, Milton & Rose. *Liberdade para Escolher*. Europa-América. Portugal. 1980.
- GENRO, Tarso. *Utopia Possível*. Coleção século XXI. 2.ed. Porto Alegre. Artes e Ofício Ed. 1995.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo. Loyola. 1992.
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos - o breve século XX*. São Paulo. Companhia das Letras. 1995.
- IANNI, Octávio. *A crise de paradigmas na sociologia*. RBCS n.15, Ano 5. Junh/1990. São Paulo.
- KEYNES, J.M. *Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo. Abril Cultural, 1983.

- LAURELL, Asa Cristina (org) *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. Cortez. São Paulo. 1995.
- LUKÁCS, George. *Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Ed. Ciências Humanas. São Paulo. 1979.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Coleção Os Economistas. Abril Cultural. São Paulo. 1982.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. 2 ed. Martins Fontes. São Paulo. 1983.
- _____. *O capital. Crítica da economia política*. Livro I. Vol. I. trad. Reginaldo Sant'Anna. Difel. São Paulo. 1984.
- Marx, Karl e ENGELS, Friedrich.(1848). *O Manifesto do Partido Comunista*. Coleção Os Pensadores. Abril Cultural. SP.1984.
- MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. Cadernos Ensaio. São Paulo. 1989.
- MIGLIOLI, Jr. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1982.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Globalização da economia: exclusão social e instabilidade monetário-financeira. In: *Política Comparada*. maio-agosto/97, ano I, Volume I, n.02. Brasília, 1997.
- MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira no anos 80 e 90*. Cortez. São Paulo, 1995.
- NAVARRO, Vicente. Produção e Estado do bem-estar: o contexto das reformas. in: *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. Asa Cristina Laurell(org) São Paulo. Cortez. 1995.
- OHMAE, Kenichi. *O fim do Estado Nação: a ascensão das economias regionais*. ed. Campus. Rio de Janeiro. 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. Um governo de (contra)reformas. In: *O Brasil do Real*. Emir Sader (et all). Rio de Janeiro. EdUERJ.1996.
- PUÍG, Carmen Soriano. *O rosto moderno da pobreza global*. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes. 1995.
- ROSANVALON, Pierre. *A crise do Estado Providência*. Editorial Inquerito. Portugal. 1981.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. Companhia das Letras. São Paulo. 1987.
- SADER, Emir. *O anjo torto. Esquerda (e direita) no Brasil*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1995.

SADER, Emir. BORON, Atilio. et all (org) *Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Ciência*. Texto da aula magna dia 03.08.92 - PUC/SP.

_____ *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Ed. Afrontamento Porto.1989.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: *O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização*. São Paulo, HUCITEC. 1993.

ZAIDAN FILHO, Michel. *A crise da razão histórica*. Campinas. Papirus. 1989.